

Uma aplicação da categoria de pessoa da teoria da enunciação de Émile Benveniste no ensino de leitura

Ivana Quintão de Andrade¹

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este artigo, resultado de uma demanda pessoal e também acadêmica, pretende contribuir para a elaboração de futuras atividades de leitura que considerem os efeitos de sentido gerados pelas escolhas linguísticas do sujeito-escritor. Para tal, elegemos a Teoria da enunciação de Benveniste, no que ela tange à categoria de pessoa, para observarmos como esse sujeito, ao se representar no enunciado, constrói os efeitos de objetividade e subjetividade do texto. Desse modo, entendemos que essas atividades poderão contribuir para que o aluno comece a perceber que, muitas vezes, as palavras e as frases presentes nos textos podem, ao invés de revelar, esconder alguns efeitos que, na verdade, só poderão ser identificados se se extrapolar o enunciado e se fizer uma imersão na enunciação.

Palavras-chave: Enunciação. Leitura. Objetividade/subjetividade.

Introdução

Nossa pesquisa sobre leitura na escola já aponta que o trabalho do professor de língua portuguesa há muito segue na contramão de um de seus objetivos: a formação de leitores competentes e motivados. Ainda hoje, vemos alunos tendo que sonorizar palavras e frases para decodificar os sentidos mais rasos do texto antes de enfrentar o burocrático preenchimento de fichas de leitura que quase sempre procuram verificar o nome do autor, do ilustrador, da editora, de alguns elementos da narrativa. Essas fichas também incluem perguntas do tipo *quem, onde, quando* – cujas respostas, geralmente óbvias e, portanto, sem nenhum desafio intelectual, o aluno tem que retirar do texto.

Com o tempo, o aluno acaba concluindo que: a) a leitura é mera reprodução de um sentido protocolar preestabelecido pela escola e cobrado para efeito de nota de desempenho em leitura; b) o que menos importa é a conexão que ele possa estabelecer entre o que já sabe (seu repertório prévio) e o que ele lê.

¹ Doutoranda em Estudos da Linguagem pela UFF e bolsista CAPES. Graduada em Letras (Português-Literaturas), com Especialização em Língua Portuguesa, e Mestrado em Língua Portuguesa. Atua nas áreas de língua portuguesa e redação, e pesquisa, especificamente, novas estratégias de ensino de leitura. E-mails: ivanaquintao@id.uff.br e ivanaquintao@yahoo.com.br.

Pensando em estratégias que possam contribuir para que o ato de ensino se transforme num ato de aprendizagem (RICHTERICH, 1980:53), fomos buscar, na categoria de pessoa da Teoria da enunciação de Benveniste, uma possível estratégia de ensino de leitura.

Assim como Saussure é considerado o pai da Linguística do enunciado, Émile Benveniste é considerado o pai da Linguística da enunciação. No entanto, Benveniste não nega as teses saussureanas; ao contrário, parte delas para formular sua própria tese, a de que é possível estudar a língua pelo viés da enunciação (BENVENISTE, 1989).

Para Benveniste (1991, p. 84), “assim como não podemos conceber a língua voltada para ela mesma, também não podemos conceber o homem voltado para ele mesmo”, ou seja, é preciso ver a língua a serviço do homem que a utiliza e por meio da qual ele se define. Nessa perspectiva, o sujeito já não é mais o da Gramática Tradicional, mas o locutor que se apropria da língua.

Essa mudança de paradigma permitiu analisar como o homem marca sua subjetividade ao usar a língua. Segundo Benveniste (1991, p. 176), “uma dessas marcas está ancorada no uso das categorias de pessoa”. Para ele, na instância da enunciação, só se podem considerar apenas duas pessoas que participam do ato de comunicação: a) *Eu*, pessoa subjetiva que fala, interior ao enunciado; b) *Tu*, pessoa não subjetiva com quem se fala. Sob essa perspectiva, *Ele* é a não pessoa.

Eu e *Tu* são, portanto, os parceiros da enunciação e, por isso, também pertencem ao nível pragmático da linguagem, pois, cada vez que um deles se coloca no discurso, refere-se a realidades distintas. Essa reversibilidade assegura a intersubjetividade que atravessa a categoria linguística de pessoa, de modo que eu só me refiro a mim como EU quando estou me comunicando com um TU.

Por outro lado, o *Ele* é uma categoria que pertence ao nível sintático, já que se combina com a referência objetiva, independente da instância enunciativa que a contém, ou seja, se refere a tudo o que pode ser assunto do *Eu* e do *Tu*.

Essa redefinição possibilitou o estudo dos efeitos de sentido provocados pela categoria de pessoa – tópico que julgamos importante considerar em nossa proposta de ensino de leitura. Afinal, ao separar o *Eu/Tu* (as pessoas por excelência) do *Ele* (a não pessoa), Benveniste traz para sua teoria as noções de subjetividade (identidade) e objetividade (referencialidade).

Outro pressuposto que nos interessa na categoria de pessoa benvenistiana diz que o *Eu* sempre leva em consideração o *Tu*, aquele para quem o enunciado é construído. Para

Benveniste (1989), não há como falar em significado sem falar do locutor, pois este, tendo em mente o seu interlocutor, faz suas escolhas linguísticas e, portanto, constrói os sentidos. Isso mostra que todo enunciado é produto de uma enunciação. E, de acordo com Fiorin (1996, p. 55), “mesmo quando os elementos da enunciação não aparecem no enunciado, a enunciação existe, uma vez que nenhuma frase se enuncia sozinha”.

Assim, o estudo acerca da *constitui(a)ção* do sujeito no universo do discurso abriu novos horizontes para o estudo da linguagem. Horizontes nos quais ancoramos nossa proposta de contribuir para o ensino de leitura.

1. Da leitura como extração de informação para a leitura das entrelinhas: a contribuição da teoria da enunciação de Benveniste

Pedir aos alunos para lerem um texto por meio da decodificação do significado de palavras e frases e, em seguida, fazê-los extrair informações que jazem na superfície textual, reforça apenas a leitura do enunciado, e não a leitura da enunciação. Privilegia-se, assim, uma prática de leitura de superfície que se mantém presa à captação das informações veiculadas pelos vocábulos e frases do texto, e não dos sentidos que ele produz. É preciso, portanto, incorporar, às aulas de leitura, uma prática que também ensine o aluno a ler as entrelinhas, isto é, a mergulhar na camada submersa dos textos.

Por isso, neste artigo, iremos propor duas análises para serem aplicadas na escola de Ensino Fundamental e Médio, tomando como base a contribuição da categoria de pessoa da teoria benvenistiana, a qual poderá ajudar os alunos a entenderem o sujeito e suas representações, já que, no ato enunciativo, o sujeito não constitui apenas a si, o sujeito-locutor, mas também o sujeito-alocutário: “(...) ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Afinal, toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, isto é, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989).

Outro ponto da teoria benvenistiana no qual nos baseamos é o da instauração das pessoas (Eu e Tu) e da não pessoa (o Ele), a qual permite a produção dos sentidos de objetividade e subjetividade.

Nossa proposta é levar o aluno a compreender que: a) a linguagem, em si, não é objetiva nem subjetiva; b) os efeitos provocados pelas pessoas, combinados com as escolhas lexicais feitas por quem escreve, podem revelar aspectos da entrelinha textual capazes de ajudar o

leitor a se despir de uma espécie de *capa de ingenuidade* - que ele, muitas vezes, veste quando lê.

2. Os efeitos de objetividade e subjetividade: as máscaras / os efeitos do dizer

Sabemos que nas aulas de leitura o professor recorre a variados gêneros textuais. Ora ele apresenta textos de natureza objetiva (textos jornalísticos, bulas de remédio, receitas culinárias, prescrições médicas, etc.), ora, de natureza subjetiva (poemas, letras de música, cartas dos leitores, textos publicitários, etc.).

Textos objetivos sempre foram tidos como textos escritos para informar, isto é, para dizer o que as coisas são. Neles, o enunciador procura articular as palavras de forma que qualquer traço de sua subjetividade fique submerso, enquanto apenas a informação, que se pretende pura e transparente, fique na superfície do texto. São, portanto, textos que transportam dados considerados *impermeabilizados* contra os traços subjetivos do enunciador.

No entanto, sabemos que a neutralidade é um mito. O texto dito *objetivo* é escrito por um enunciador que, apesar de procurar desfazer-se de sua identidade, vai deixando cair, no espaço do texto, os vestígios de sua subjetividade. O próprio Benveniste afirma que “uma língua sem a expressão da pessoa é inconcebível” (1976, p. 287). Afinal, a subjetividade está sempre ancorada nas categorias linguísticas inscritas nos textos. Por isso, não há como o enunciador (o Eu, a pessoa discursiva) conseguir apagar-se completamente na língua para dar lugar à referência/informação (o Ele, a não pessoa).

Já os textos considerados *subjetivos* sempre foram tidos como aqueles que expressam a visão pessoal do autor a respeito de algum assunto. Assim, algumas de suas estratégias de escrita são marcadas, por exemplo, pela presença de sinais exclamativos, de reticências; de figuras de linguagem. No entanto, considera-se o uso da 1ª. pessoa como a marca mais evidente da subjetividade. Por isso, os temas subjetivos estariam presentes em letras de música, poemas, crônicas, contos e até em romance de ficção.

As análises que iremos propor neste artigo foram formuladas com base na seguinte tese que fomos elaborando durante nossos estudos acerca da categoria de pessoa benvenistiana: Se é possível encontrar marcas de subjetividade num texto considerado objetivo, também deve ser possível encontrar marcas de objetividade num texto subjetivo. Procuraremos confirmar essa tese analisando as palavras e as construções sintáticas de dois textos, a fim de mostrar que, na enunciação, elas se configurariam num jogo de *máscaras* – ou *efeitos* – do dizer.

Assim, se nossa proposta é formar alunos que saibam ler não somente o que está na superfície, mas também o que está submerso - isto é, que saibam ver o sentido das palavras e os sentidos que só podem ser vistos através das palavras -, é preciso considerar o que diz Silva (2010, p. 93): “quando lemos, devemos perceber para que direção as palavras dos autores nos levam; do que nos aproximam, do que nos afastam. (...) Devemos ver que um texto não é só informação, ele é também argumentação”.

3. Uma breve caracterização das fontes que constituem o *corpus* de nossa análise

Para trabalharmos a objetividade, fomos buscar um gênero textual que, por privilegiar a informação, fosse considerado como isento de traços de personalidade do locutor. Optamos pelos verbetes de enciclopédias que, por terem caráter referencial, são textos escritos para explicar um conceito segundo padrões descritivos sistemáticos. Além disso, são essencialmente destinados à consulta, e, geralmente, abordam conceitos bem estabelecidos em algum paradigma acadêmico-científico.

Dentre os verbetes enciclopédicos, elegemos os verbetes digitais, mais especificamente, os da Wikipédia, uma enciclopédia *on-line*. Esse é um texto de acesso fácil e rápido, tanto para alunos quanto para professores – basta que se tenha um computador ou um dispositivo móvel conectado à Internet.

Para trabalharmos a subjetividade, lemos vários tipos de texto e acabamos nos deparando com um gênero que nos chamou a atenção por seu caráter marcadamente confessional: o depoimento – um tipo de texto linguisticamente construído pela identidade do seu autor, isto é, pela forte presença da 1ª. pessoa do singular; de opiniões, impressões, sensações; de figuras de linguagem.

A seleção do depoimento também foi feita na Internet, pelo *Google*, via busca temática. Tivemos essa preocupação porque julgamos ser revelador trabalhar com o mesmo tema para ilustrar dois efeitos – de objetividade e subjetividade – tradicionalmente considerados antagônicos. Cremos que, com isso, conseguiremos revelar que os efeitos de objetividade e subjetividade são muito mais uma questão de ponto de vista do que de constituição da linguagem.

Como, neste artigo, nossa pretensão é de aplicabilidade da teoria de Benveniste no ensino de leitura, as análises pretendem servir de subsídio teórico e prático para o professor encaminhar suas aulas de leitura, tomando por base a busca do desvendamento dos efeitos de

objetividade e de subjetividade – quando então será possível observar as representações do EU.

Através da análise linguístico-discursiva dos recursos utilizados pelo sujeito-escritor, guiaremos a leitura dos textos com vistas à detecção dos efeitos acima mencionados. Para que as análises fiquem aparentes neste artigo, iremos sistematizá-las imediatamente após a leitura de cada um dos textos. Ao final dessa etapa, haverá um alerta que poderá ser usado pelo professor para levar seus alunos a constatarem a possibilidade de desvendamento dos efeitos de objetividade e subjetividade a partir da leitura das entrelinhas dos textos.

Para realizar essas tarefas, optamos por um assunto que, por ser tópico recorrente na vida do cidadão brasileiro, tem sido tema presente nas aulas de leitura em todo o país: violência.

Assim, para observar a objetividade e retirar a máscara da subjetividade, iremos trabalhar o verbete *violência*, da Wikipédia, abaixo transcrito. Para observar a subjetividade, e retirar a máscara da objetividade, trabalharemos com um texto que retrata uma das formas de violência mais praticadas no cotidiano escolar: o *bullying*.

4. Texto 1: verbete

Violência

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Violência é um comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação moral a outra pessoa ou ser vivo. Tal comportamento pode invadir a autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. O termo deriva do latim *violencia* (que por sua vez deriva de *vis*, força, vigor), aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa.

Assim, a violência diferencia-se de *força*, palavra que costuma estar próxima na língua e pensamento cotidiano. Enquanto que força designa, em sua acepção filosófica, a energia ou firmeza de algo, a violência caracteriza-se pela ação corrupta, impaciente e baseada na ira, que não convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride.

Existe violência explícita quando há ruptura de normas ou moral sociais estabelecidas a esse respeito: não é um conceito absoluto, variando entre sociedades. Por exemplo, rituais de iniciação podem ser encarados como violentos pela sociedade ocidental, mas não pelas sociedades que o praticam.

4.1. Sistematização da leitura crítica do verbete

De acordo com Silva (2010, p. 138), “a imagem que se tem do texto científico é a de que ele é objetivo, neutro, impessoal, racional. Como se o autor não interferisse no que ele diz”.

Essa também é a imagem que se construiu para os verbetes enciclopédicos – impressos ou digitais.

No caso do verbete *violência*, da Wikipédia, foi possível constatar, através do conjunto de perguntas elaborado, que as estruturas linguísticas estão comprometidas com uma dada visão de violência, e é nessa visão que o enunciador expressa a sua subjetividade.

Aliás, é importante salientar que o verbete *violência*, embora confeccionado a partir dos recortes de diferentes enunciadores, se constitui, em nome de uma unicidade ideológica, como texto-único, o que nos permite tratar os vários enunciadores como sendo apenas um. Nesse sentido, “mesmo sendo coletivo, o Eu procura se ausentar do interior do discurso, contribuindo, assim, para confeccionar a máscara de objetividade que, conforme os cânones do discurso científico, é a marca principal de textos informativos” (FIORIN, 2013:64). Vejamos, então, como se comportou o enunciador do verbete lido.

Logo no **1º. parágrafo**, ele procura definir a palavra *violência* pela repetição insistente da palavra *comportamento*, uma repetição que, no plano discursivo, funcionaria como a ressonância do sentido predominantemente accional que o enunciador quis atribuir à violência.

Essa relação entre violência e comportamento, diga-se de passagem, está afetada pelo ponto de vista do enunciador, que usa o advérbio *intencionalmente* para registrar sua posição de que o ato violento é fruto de uma vontade, não de um acaso.

O enunciador dá continuidade ao seu trabalho de definição do termo *violência* quando decide fazê-lo não mais pela ressonância discursiva acima mencionada, mas pela instalação de substantivos, como *dano*, *intimidação* (moral), *ira*, *ruptura* – todos de conotação negativa.

No caso dos verbos, por exemplo, *invadir* e *agredir*, eles têm carga semântica compatível com o sentido negativo que o enunciador constrói para a palavra *violência*. Além disso, estão no tempo presente do modo indicativo, o que nos possibilita inferir que o conceito negativo que o enunciador confere à palavra *violência* está atualizado com o conceito negativo que a sociedade – à qual o enunciador pertence – tem dessa palavra. Aí está outro possível jogo de constituição desfavorável do sentido de *violência*.

No **2º. parágrafo**, é importante destacar a forma como o enunciador opõe *violência* à *força*. A esta, estão vinculados substantivos de campo semântico positivo, como *energia* e *firmeza*; mas para se referir àquela, preferem-se expressões adjetivas, como “(ação) *corrupta*, *impaciente e baseada na ira*” – ira que, para o enunciador, é a fonte que alimenta a violência.

Ainda procurando definir o verbete *violência*, o enunciador elabora um período composto no qual, mais uma vez, ele deixa transparecer o sentido negativo que essa palavra tem para ele: “*que não convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride*”. Aqui, ao invés de usar uma conjunção adversativa – *mas, no entanto, contudo, etc* -, ele prefere usar o advérbio *simplesmente* com essa função conectiva. Desse modo, percebe-se a presença de um enunciador indignado com a atitude violenta de alguém que, ao invés de convencer o outro de forma pacífica, prefere agredi-lo.

Essa indignação já havia sido materializada no enunciado quando, ao definir a palavra *violência*, logo no primeiro período do verbete, o enunciador usa a locução *até mesmo* para sinalizar a consequência última e fatal de uma sucessão de ações violentas, isto é, a morte de alguém: “*pode invadir a autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro*”.

No **3º. Parágrafo**, ao afirmar que “*existe violência explícita quando há rupturas de normas ou moral sociais*”, o enunciador dá indícios de que também existe uma violência implícita. Esse procedimento permitiu ao enunciador do verbete dizer uma coisa e trazer à existência outra coisa, mesmo sem ela ter sido dita. É o que também ocorre em (a violência) “*não é um conceito absoluto, variando entre sociedades*”, trecho no qual se diz, implicitamente, que a violência é um conceito relativo. De acordo com Silva (2010, p. 101), “sacar isso no ato de ler é dar um passo em direção ao desvendamento de uma das funções mais intrigantes da linguagem: a função de ocultar”.

Assim, é possível constatar que o verbete *violência*: a) é um texto feito para explicar-definir um termo; b) foi escrito na 3ª. pessoa; c) tem linguagem denotativa. Por esse conjunto de características, pode ser aparentemente classificado como *texto objetivo*.

No entanto, apesar dessas marcas linguísticas, seu enunciador não consegue apagar-se completamente do interior do texto quando: a) repete, de forma insistente, dentro do mesmo parágrafo, a palavra *comportamento*, fazendo-a ressoar por todo o texto; b) usa o advérbio *intencionalmente* para caracterizar o ato violento; c) escolhe palavras e construções de sentido negativo para se referir à violência; d) expande o papel das construções adjetivas, que não apenas qualificam o termo *violência*, mas ajudam a potencializar o seu sentido negativo; e) usa verbos no tempo presente para atualizar o conceito de violência; f) tira a palavra *simplesmente* de sua função adverbial e a projeta no enunciado como conjunção coordenativa adversativa; g) reinveste na sua visão negativa de violência, vinculando-a, por meio da expressão *até mesmo*, àquilo que, para ele, é a pior consequência de uma atitude violenta: a

morte; h) opta pelo apagamento linguístico das expressões *violência implícita* e *conceito relativo*, embora elas consigam emergir no momento da produção dos sentidos.

Assim, a leitura dessa camada mais submersa do texto nos permitiu ver que o enunciador, embora tenha procurado apagar as marcas da sua enunciação no enunciado, ele acabou deixando as pistas de sua presença, ou seja, sua posição ideológica em relação ao conceito que ele tem de violência.

Desta maneira, é possível afirmar que o verbete *Violência*, da Wikipédia, foi construído de modo a mostrar, logo na sua superfície textual, sua capa de objetividade, própria de verbetes enciclopédicos. Afinal, o que se vê é o que está à mostra: sua máscara de objetividade. No entanto, se retirarmos essa máscara da objetividade, mergulharemos na enunciação, e veremos o que está submerso, isto é, a subjetividade da voz ideológica que considera a violência um conceito de teor negativo.

Com o intuito de mostrar a camada de objetividade que subjaz aos textos ditos *objetivos*, gostaríamos de apresentar duas figuras que, para nós, ajudam a ilustrar a existência de camadas ocultas e obscuras geradas pelas práticas linguageiras: a imagem da máscara propriamente dita (Fig. 1), ou seja, do artefato que representa a face, ou parte dela, usado para cobrir o rosto e disfarçar a pessoa que o põe; e a imagem do iceberg (Fig. 2), pujante por si para mostrar o processo de ocultação.



Fig. 1: As máscaras do dizer



Fig. 2: Os efeitos do dizer

4.2. Alerta para os alunos

Textos aparentemente objetivos, se lidos de forma crítica, podem revelar que o autor está comprometido com uma das visões possíveis sobre o assunto. Estudante, quando você começa a enxergar isso, você também começa a se tornar um leitor crítico.

5. Texto 2: depoimento

Fui alvo de uma montagem²

Quando mudei de cidade e entrei em uma escola nova, um menino começou a me zoar todo o dia. Ele inventava apelidos para mim e me xingava. O pior é que os outros colegas não faziam nada! O extremo foi uma montagem que ele fez com uma foto minha, na última semana de aula. Eu nunca tive esse menino em nenhuma rede social, mas de algum jeito, ele achou o meu *Orkut*, copiou minha foto e colocou um nariz de palhaço e um chifre. Depois, levou para a escola e ficou mostrando. Todo mundo riu de mim! Aguentei até o fim da aula para não ser ainda mais zoada, mas, quando cheguei em casa, chorei e contei tudo para os meus pais. Faltei o resto da semana e depois mudei de cidade de novo. Nunca mais quero voltar aquela cidade. (M. S. 14 anos)

5.1. Sistematização da leitura crítica do depoimento

Vimos que a imagem que se tem do texto subjetivo é aquela em que o enunciador está visível no texto, através, principalmente, das marcas linguísticas da 1ª. pessoa. Portanto, textos como o que acabamos de ler são considerados subjetivos. No entanto, se queremos desenvolver nos alunos o olhar crítico necessário para ler na escola, e na vida, é importante mostrar-lhes que a subjetividade, embora bastante aparente, não é total.

Mas, antes, é preciso sinalizar que o conceito de “*objetivo*” que guiou nosso trabalho de desvendamento do efeito de subjetividade é o definido pela Filosofia. Kant, por exemplo, vê a objetividade como uma validade universal dos conceitos e leis das coisas que nos rodeiam (WOOD, 2008:96). E, no dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010), encontramos a seguinte definição de base filosófica para a palavra “objetivo”: “Filos. Diz-se do que é válido para todos, e não apenas para um indivíduo”.

Sendo assim, é possível afirmar que, no depoimento lido, o enunciador ancora sua subjetividade em fatos objetivos que, por serem universais e terem sido organizados por um fio lógico, conferem verossimilhança ao seu texto. Essa verossimilhança, por sua vez, é necessária para que os fatos narrados consigam atingir os *tus* que vivem situações semelhantes às que o enunciador viveu.

Ao fazermos a análise do texto-depoimento, sob a perspectiva filosófica do conceito de *objetivo*, foi possível estabelecer a seguinte relação com a categoria de pessoa da teoria da

² CAFÉ NO BULLYING. Apresenta depoimentos de quem sofreu um tipo de violência chamado “bullying”. Disponível em: <<http://cafe-no-bullying.blogspot.com.br/p/depoimentos-de-pessoas-que-sofreram.html>>. Acesso em: 22/07/2015. Mantivemos a escrita original.

enunciação de Benveniste: a) a não pessoa (Ele) é o dado objetivo sobre o qual o enunciador fala com o enunciatário; b) essa *não pessoa* é exterior ao sujeito que se inscreve no texto; c) para que o dado chegue até o enunciatário e promova sua adesão, é preciso que esse dado seja comum tanto ao Eu quanto ao Tu; d) do contrário, esse dado corre o risco de ser considerado inverossímil e acabar sendo rejeitado pelo enunciatário.

Aí está o caráter enunciativo da não pessoa da teoria benvenistiana: ancorar, na exterioridade dos fatos comuns às pessoas da enunciação, a possibilidade de reversibilidade e, portanto, de comunicação.

Desse modo, o enunciador, ao divulgar o tipo de *bullying* do qual ele próprio foi vítima, tentou, através do seu texto, entrar em contato com outras pessoas que passaram ou estejam passando por problemas semelhantes, para que elas pudessem se compatibilizar com ele.

Para nós, esse contato só é possível devido ao fio lógico presente na narrativa, o qual se constitui por um conjunto de elementos, tais como: a presença de personagens, o senso de localização espacial e temporal, e as ações que vão movimentando o enredo. Assim, para que o leitor interprete mensagens subjetivas, é preciso que ele acesse seu conhecimento do mundo objetivo, real.

Portanto, podemos afirmar que, no depoimento de M. S., há um fio lógico formado por elementos objetivos possíveis: personagens possíveis, lugares possíveis, tempos possíveis – eu-aqui-agora possíveis –, organizados dentro de um enredo possível.

É importante salientar que o conjunto desses elementos lógicos não foi suficiente para o enunciador. Se o fosse, M. S. poderia ter feito um diário. No entanto, ele preferiu publicar seu depoimento na Internet – o que nos permite concluir que o enunciador sentiu necessidade levar sua experiência até o Tu que, ao se identificar com os fatos vividos pelo Eu, pode dividir com este o problema vivido.

É nesse ponto que o conteúdo genérico – formado pelos fatos narrados por M. S. – é substituído pelo conteúdo específico de cada leitor que viveu ou vive experiência semelhante. Assim, a narrativa de M. S. diz, por exemplo, que ela mudou de cidade e foi estudar em uma nova escola. Outra possível narrativa seria a de um leitor, morador da cidade X, que se mudou para a cidade Y e foi estudar na escola Z. Isso comprova que os dados da realidade do enunciador podem ser atualizados pelos dados da realidade do enunciatário.

Assim, apesar de o depoimento lido ser um texto feito para registrar experiências vividas pelo seu autor; de ter sido escrito em 1ª. pessoa; ter um tom confessional; de ter sido construído com sinais exclamativos e linguagem emotiva; de preferir sintagmas adjetivos

superlativos (o pior, o extremo); de usar abundantemente verbos que reforçam a prática de *bullying* sofrida pelo enunciador (*zoar, inventar, xingar, rir, chorar*, p. ex.); de insistir em sintagmas adverbiais que delimitam a experiência pessoal no tempo e no espaço, e que também ajudam a expressar o grau de tolerância do enunciador a certas situações (*quando, na última semana de aulas, até o fim da aula, nunca, nunca mais*), e, devido as essas características, ser classificado como *texto subjetivo*, seu enunciador reveste seus enunciados de objetividade quando estrutura seu relato dentro de uma sequência lógica de dados objetivos, válidos. E, além disso, ainda publica seu depoimento na tentativa de conseguir a adesão de muitos enunciatários.

Desta maneira, o depoimento de M. S. foi construído de modo a mostrar, logo na superfície textual, sua capa de subjetividade, própria de depoimentos pessoais. No entanto, se retirarmos a máscara da subjetividade, mergulharemos na enunciação, e veremos que o que está submerso, e sustenta o texto subjetivo, é justamente sua camada objetiva – aquela que permite o processo de reversibilidade do enunciador com o enunciatário.

Sabemos, com Kant (1980), que é o ponto de vista que determina o objeto. Sabemos, também, que tanto a figura das máscaras quanto a figura do iceberg servem para ilustrar as camadas ocultas e obscuras geradas pelas práticas linguageiras. Como anteriormente nos utilizamos dessas figuras para mostrar o efeito de subjetividade presente nos textos ditos *objetivos*, agora, olhando sob outro ponto de vista, usaremos as mesmas figuras para mostrar o seu reverso: o efeito de objetividade presente nos textos ditos *subjetivos*.



Fig. 3: As máscaras do dizer



Fig. 4: Os efeitos do dizer

5.2. Alerta para os alunos

Se *objetivo* é tudo o que é válido para um grande número de pessoas, e não para um único indivíduo – ou seja, o conjunto de dados universais da realidade –, então *objetivo* é

qualquer coisa que está fora do sujeito e pode ser compartilhado. E se está fora do sujeito, não depende dele. Portanto, o dado objetivo existe independentemente da vontade do sujeito. Além disso, é importante notar a organização lógica dos acontecimentos objetivos do texto, pois é ela que ajuda a dar verossimilhança a ele. Estudante, quando você começa a enxergar tudo isso, você também começa a se tornar um leitor crítico.

Conclusão

O presente artigo propôs-se a aproximar as categorias de pessoa da teoria da enunciação de Benveniste ao ensino de leitura, na tentativa de ampliar o leque de possibilidades dessa importante atividade escolar. Essa aproximação foi feita através de análises linguístico-discursivas: uma para ensinar a ler um texto-verbete, aqui exemplificado pelo texto sobre *Violência*, da Wikipédia; e outra para ensinar a ler um texto-depoimento, como o que retiramos da Internet.

Assim, foi na leitura crítica dos textos, ou seja, na leitura da enunciação, que pudemos constatar que a linguagem, em si, não é objetiva nem subjetiva. Tanto a objetividade quanto a subjetividade são efeitos de sentido. Portanto, não basta o texto estar recheado de 1ª. ou 3ª. pessoa; é preciso saber identificar os graus de objetividade e de subjetividade ali presentes.

Precisamos registrar aqui nossa dificuldade de retirar a máscara de objetividade do texto-verbete, bem como a máscara de subjetividade do texto-depoimento. Cada uma delas estava tão grudada no texto que quase passou a ser o próprio texto. No entanto, vimos que tal dificuldade nada mais era do que o desafio que se colocava diante de nós, o de elaborar estratégias de desvendamento dos efeitos de objetividade e subjetividade que costumam mascarar os textos. Afinal, precisávamos insistir na tentativa de ampliar nossa prática de ensino de leitura, a fim de sairmos da leitura ingênua do enunciado (leitura como extração de informação) para a leitura crítica da enunciação (leitura das entrelinhas).

Assim, ao retirarmos a máscara de objetividade do texto-verbete, descobrimos que ele é formado por uma camada externa, aquela que nossos olhos podem ver: a camada objetiva. É sobre ela que a linguagem foi orquestrada pelo enunciador de forma a conferir ao texto um tom neutro, impessoal. No entanto, como vimos insistindo numa leitura das entrelinhas, que exige olhar os sentidos através das palavras, decidimos mergulhar no texto. Foi, então, que constatamos existir ali uma camada interna, submersa à superfície textual: a camada subjetiva.

Nela, foi possível identificar o posicionamento ideológico do enunciador a respeito da *violência*.

Por outro lado, ao retirarmos a máscara de subjetividade do texto-depoimento, descobrimos que ele é formado por uma camada externa, aquela que nossos olhos podem ver: a camada subjetiva. É sobre ela que a linguagem foi orquestrada pelo enunciador de forma a conferir ao texto um tom pessoal, com visão emotiva e impressionista da realidade. No entanto, ao mergulharmos no texto, constatamos existir ali uma camada interna, submersa à superfície textual: a camada objetiva. Nela, foi possível identificar o fio lógico que sustentou a narrativa da estudante M. S., 14 anos, vítima de *bullying*.

Durante a produção deste artigo, fomos constatando que ensinar leitura na escola pressupõe ensinar que: a) um texto é uma unidade formada por enunciado e enunciação - o que está na superfície textual e o que está submerso; b) cabe ao enunciador orquestrar os recursos linguísticos para que seu texto produza sentidos – coisa que ele faz a partir da forma como ele representa a si e ao enunciatário no texto.

Então, para que devemos ensinar nosso aluno a tirar a máscara dos textos objetivos? Para levá-lo a questionar a aparente neutralidade dos textos – afinal, há sempre um sujeito comprometido com algum ponto de vista.

E para que devemos ensinar nosso aluno a tirar a máscara dos textos subjetivos? Para levá-lo a perceber que relatos supostamente subjetivos, na verdade, estão em busca da adesão do enunciatário – o que faz com que um problema aparentemente individual assuma a sua instância coletiva.

Sendo assim, poderíamos dizer que ler, dentre outras coisas, é tirar a máscara dos textos.

Referências bibliográficas:

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991.

_____. *Problemas de Linguística Geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.

DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

KANT, I. (1980). *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Udo B. Moosburger. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção: Os pensadores).

RICHTERICH, R. *Identifying the needs of adults learning a foreign language*. Oxford: Pergamon Press for the Council of Europe, 1980.

SILVA, M. da. 4. ed. *Repensando a leitura na escola: um outro mosaico*. Niterói, RJ: EduFF, 2010.

WOOD, Allen W. *Kant: introdução*. Trad. Delamar José V. Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2008.

An application of the person category of the Theory of Enunciation of Émile Benveniste on reading education

Abstract: This article, which is the result of a personal as well as academic demand, intends to contribute to the preparation of future school reading activities that work with effects of meaning generated by the language choices made by the subject-writer. To achieve this goal, we chose the theory of enunciation of Benveniste, as it regards the categories of person to look like this subject-writer, by the way he represents himself in the text, builds the effects of objectivity and subjectivity of the text. Thus, we understand that these activities can help student to realize that the words and phrases present in the texts can, rather than reveal, hide some effects that actually can only be cleared up if extrapolate the statement and make a dip in the enunciation.

Keywords: Enunciation. Reading. Objectivity/subjectivity.

Recebido em: 11 de novembro de 2015.

Aprovado em: 21 de janeiro de 2016.